



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público

## PORTARIA

**Nº 007.2012.78ª PRODEPPP.1.1.565376.2011.41412  
(Inquérito Civil nº 1460/2012)**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através da 78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público, pelo Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, inc. III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93; e art. 22 da Lei nº 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que é função institucional e dever do Ministério Público instaurar procedimento administrativo e inquérito civil, na forma da lei, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 25, IV, a e b, da Lei nº 8.65/93, e art. 3º, IV, a e b, da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

**CONSIDERANDO** que administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 023, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público Nacional, que disciplina a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria Especializada, adotar medidas administrativas e judiciais para a defesa e proteção do patrimônio estadual e municipal, nos termos do art. 2º, IV e V, do ATO PGJ Nº 042/2008;



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público

**CONSIDERANDO** o teor da **DISTRIBUIÇÃO Nº 284.2011.CAOPDC.533545.2011.41412**, que versa sobre suposta dispensa de licitação irregular para a contratação, pela SEPROR/AM, do Instituto Dignidade Para Todos e da COOTERPLAN, com o fim de realização de obras em estradas vicinais neste Estado,

**R E S O L V E :**

**DETERMINAR** a Instauração de Inquérito Civil, com o fim de apurar a suposta prática do ato de improbidade administrativa acima narrado;

**DETERMINAR** que se proceda a sua autuação e registro no livro de registro de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios desta Promotoria de Justiça (Planilha de Controle), bem como sua publicação no D.O.E. e no Portal do MPE/AM;

**DESIGNAR** a servidora ILDETE SOUSA ALECRIM para secretariar os trabalhos inerentes ao Inquérito Civil ora instaurado para secretariar os trabalhos inerentes ao Inquérito Civil ora instaurado;

**AUTUAR** o presente Inquérito Civil sob o nº **1460/2012/78ª PRODEPPP**, com o devido tombamento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, AM, 20 de fevereiro de 2012.

**EDILSON QUEIROZ MARTINS**

*Promotor de Justiça*